

que pag 3.

Prisco assina projeto feito por Saulo

BRASÍLIA — O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) apresentou praticamente na íntegra o projeto de Constituição elaborado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, ao contrário de outros deputados orientados pelo Palácio do Planalto, que propuseram apenas alterações de artigos do anteprojeto da Comissão de Sistematização. A maioria dessas propostas suprime o sistema parlamentarista mas, segundo informa o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), não serão consideradas. Elas se incluem entre as 5 mil emendas que alteram o texto no mérito, prejudicadas porque só podem ser acolhidas, nesta fase, emendas de redação, que somam 616.

Prisco copiou o projeto de Saulo Ramos até parte da justificativa. "O texto preconiza um Executivo monocrático, em que as funções de Estado e de Governo acham-se concentradas no Presidente da República, que as exercerá com o auxílio do Conselho de Ministros", diz a proposta do consultor, que anuncia "a instituição de um sistema de controle horizontal intraorgânico". Extingue a figura do vice-presidente da República, permite que o Poder Legislativo reveja decisões do Supremo Tri-

bunal Federal e chama o sistema de governos de "neopresidencialista" ou "poder pluralizado".

Poder do presidente — O primeiro artigo da proposta de Prisco é o seguinte: "O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, com o auxílio do primeiro-ministro e dos ministros de Estado e a participação do conselho de ministros". O projeto prevê o mandato presidencial de cinco anos, concentra nas mãos do presidente a chefia do Estado e do Governo e restaura a eleição indireta, quando o cargo de presidente ficar vago nos últimos dois anos do mandato. Dá 30 atribuições ao presidente da República e apenas 20 ao primeiro-ministro, deixando claro que este será apenas um auxiliar.

O presidente da República deve garantir, através do seu arbitramento, o funcionamento dos poderes e das instituições do Estado; deve prestar contas ao Congresso Nacional; e pode editar decretos-leis, nomear os ministros militares e o das Relações Exteriores; nomear e exonerar o primeiro-ministro; e delegar ao primeiro-ministro a atribuição de nomear governadores de territórios. Mas é também atribuição exclusiva do presidente a

nomeação do consultor geral da República, ao contrário da nomeação do procurador geral, que fica sujeita a aprovação do Congresso.

Na condição de auxiliar, o primeiro-ministro só preside o conselho de ministros na ausência do presidente da República; ajuda o presidente na direção da política geral; coordena as atividades administrativas do Poder Executivo; convoca as reuniões do conselho; acompanha os projetos em tramitação no Congresso; e exerce outras atribuições delegadas pelo presidente. Ironicamente, a proposta Prisco dá também ao primeiro-ministro o direito de participar das deliberações do conselho de ministros, com voz e voto.

Prisco chama seu projeto de substitutivo, apesar de referir-se apenas à parte do projeto de Constituição referente aos poderes da República, e o justifica dizendo que a tradição exige que o sistema de governo continue sendo o presidencialista. Ao lado do seu projeto, outras 5 mil 615 emendas absorveram 30 funcionários da Comissão de Sistematização, entregues ao trabalho de etiquetagem. Só hoje o relator Bernardo Cabral começa a ler as propostas.

Brasília — Luciano Andrade



Sant'Anna pedirá destaques na votação

Sant'Anna não quer exclusão

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), não admite que as emendas de mérito sejam excluídas da atual fase da Constituinte e disse que seu grupo já tem uma estratégia pronta para controlar esse limite regimental. O bloco governista na Constituinte vai requerer votação em destaque, em plenário, de todas as emendas de mérito que forem vetadas pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Ontem, Sant'Anna disse que as emendas de mérito só não passarão na atual fase se o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), recusar submetê-las a votação em plenário e acatá-las, se forem aprovadas. E lançou um desafio: "O Arinos vai tentar o golpe do galão (recusar pôr os destaques em votação)? Ele não tem mais idade para isso". Sant'Anna afirmou que se Cabral, invocando o regimento, rejeitar as emendas de mérito, estará rejeitando a maioria das cerca de 5 mil emendas já apresentadas até anteontem à Comissão de Sistematização.

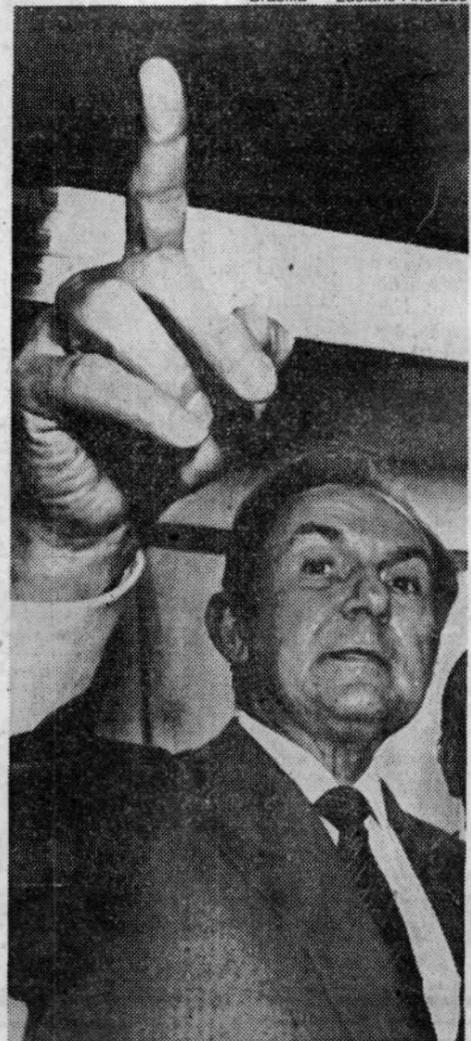
Mudar antes — Segundo Sant'Anna, "85% das emendas apresentadas são de mérito", e, se Cabral insistir em cumprir ao pé da letra o regimento da Constituinte, estará vetando emendas "de forma fortemente subjetiva", pois "a rigor, tudo é mérito". O argumento de Sant'Anna é que o anteprojeto divulgado pela Comissão de Sistematização tem que ser substancialmente alterado antes de ir a plenário, a partir do dia 15, pois neste caso será mais difícil modificá-lo.

A discussão sobre emendas "formais" ou de "mérito" vincula-se a uma proibição do regimento da Constituinte. Pelo regimento, a Comissão de Sistematização, na atual fase, só pode receber emendas que proponham modificações formais no anteprojeto de Cabral, sem entrar em discussão, sobre o conteúdo, isto é, sobre o que se chama em linguagem jurídica de mérito de seus 501 artigos.

Sant'Anna e o bloco governista da Constituinte, porém, temem que se o regimento for seguido à risca, o plenário irá votar um texto sem unidade e contraditório, o que aumentaria as dificuldades de entendimento entre os partidos. Ontem, o líder do governo menosprezou a reunião feita na quinta-feira entre líderes de todos os partidos e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na qual prevaleceu o respeito ao regimento e a rejeição às emendas de mérito, nesta fase. "E daí, qual o valor que isso (a reunião) tem?", perguntou Sant'Anna.

A questão, agora, está com Bernardo Cabral. Como relator, ele poderá invocar o regimento e vetar todas as emendas que considerar de mérito.

Brasília — Luciano Andrade



Cabral diz que não aceita pressão

Número de emendas pode adiar debate

BRASÍLIA — O início da discussão do anteprojeto de Constituição pelo plenário da Comissão de Sistematização, previsto para a próxima quinta-feira, poderá ser retardado até domingo, dia 11. A previsão é do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), em vista do excessivo número de emendas apresentadas: 5 mil 607, quando a expectativa, segundo ele próprio, era de 2 mil emendas. "Teremos um trabalho insano para analisar quais são de mérito ou de adequação", diz. Todas as emendas de mérito — 80%, segundo ele —, "inclusive as de interesse do governo", nem chegarão a receber parecer de Cabral. Caberá ao presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), indeferir as consideradas de mérito, ou seja, que alterem o teor do anteprojeto e não poderiam ser apresentadas nesta fase.

Pelo regimento da Constituinte, o relator teria prazo de cinco dias, a partir de ontem, para apreciar as emendas e dar seu parecer. Mas Cabral já está prevendo a necessidade de dilatação desse prazo e espera que a discussão seja iniciada no dia 11. "Os constituintes querem mostrar serviço à Nação, ou não leram o regimento", ironizou, sobre o fato de 80% das emendas apresentadas serem de mérito e não de adequação — as únicas permitidas nesta fase da Sistematização.

Anteprojeto — O relator da Sistematização faz questão de frisar que o anteprojeto que está em discussão não é de sua autoria. "Ele não é do meu gosto. Nesta etapa, só me cabe compatibilizar o que as subcomissões e comissões fizeram, a seu bel-prazer". Mas promete: "Após o dia 27 de agosto, quando o anteprojeto começar a receber as emendas do plenário da Assembléia Constituinte e eu tiver a liberdade de inovar, escreverei o meu anteprojeto".

Pressões, ele tem recebido "de todos os lados, menos das Forças Armadas", ressalta. Elas vêm através de cartas, telegramas, telefonemas, visitas, etc. Estressado e proibido de viajar de avião, Cabral não perde o humor: "As Forças Armadas devem ser mais inteligentes do que os outros setores. Elas sabem que não sou homem de me submeter a pressões, partam de onde partir".

A reforma agrária foi o tema do maior número de emendas apresentadas ao anteprojeto: 150, somente entre as 2 mil 195 já processadas. Em segundo lugar, a anistia deverá ser assunto do maior número de emendas, prevê o relator.

Líderes reclamam de interferência

BRASÍLIA — Os líderes em exercício dos partidos que dão sustentação ao governo criticaram da tribuna a intromissão do Executivo na Constituinte. Pelo PMDB, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PE) denunciou uma campanha "bem orquestrada para desmoralizar a Constituinte". A deputada Sandra Cavalcanti (RJ) disse que o PFL não tomará conhecimento de texto constitucional "pré-fabricado em qualquer escaninho do Palácio do Planalto".

Segundo Maurílio, a declaração do Expedito Machado (PMDB-CE), integrante do Centro Democrático, condenando o anteprojeto da Comissão de Sistematização, está associada à decisão do governo de apresentar um substitutivo. Os líderes em exercício do PC do B, deputado Edmilson Valentim (RJ) e do PDC, deputado José Eymael (SP), apoiaram Maurílio.

"Espero que o Executivo não esteja cometendo essa insanidade. Ele deve ter juízo e respeito à Assembléia Constituinte. Só quem não gosta de democracia quer um texto pronto em gabinetes", disse Sandra Cavalcanti, advertindo que os constituintes não vão abrir mão da incumbência de redigir a nova Constituição.

Apesar dessas críticas, a deputada defende a suspensão temporária dos trabalhos da Constituinte. Disse que a sugestão do senador José Richa (PMDB-PR) é a mesma que propõe há dois meses: manter a Câmara e o Senado funcionando durante o mês de julho, para discutir a crise.

"É inaceitável que o país esteja convulsionado e o plenário da Câmara e do Senado fechados. O Legislativo é agora o grande auge do processo político, por determinação errada nossa, ao aprovarmos o regimento da Constituinte, e por insensibilidade da mesa, que ignorou o projeto de resolução de minha autoria colocando as duas casas do Legislativo em funcionamento", disse Sandra.

Constituinte passeia em Natal

NATAL — Trinta e três parlamentares de 17 estados, acompanhados de suas respectivas esposas, algumas trazendo filhos, chegaram ontem para uma visita às instalações do Centro de Aplicações Táticas e Reequipamento de Equipagem (Catre), do Ministério da Aeronáutica. Várias das esposas dos parlamentares visitam Natal pela primeira vez e algumas, atraídas pela fartura dos camarões e lagostas, trouxeram até mesmo caixas de isopor para um possível abastecimento.

A comitiva viaja hoje a Maxaranguape, a 60 quilômetros da capital, onde assiste a uma exibição dos caças Xavantes, da FAB e, depois, visita o Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno.

Durante a viagem, o assunto predominante foi a Constituinte, principalmente a proposta do senador José Richa, que viajou com a sua mulher, D. Arlete Vilela Richa. O senador reclamou da forma com a sua proposta de pôr a Constituinte em recesso foi recebida pelo deputado Ulysses Guimarães.

— O Ulysses convocou uma reunião de líderes para discutir uma hipótese e tomar decisão sobre uma coisa que não existia — comentou.

O senador, entretanto, encontrou o que alguns parlamentares consideraram "turbulência" a bordo, pois vários companheiros do PMDB se manifestaram contra sua idéia de suspender os trabalhos de exame da futura Constituição para debater assuntos políticos e econômicos.

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE), integrante do Centro Democrático, afirmou que "o objetivo é enfrentar as dificuldades e não botar a cabeça na areia, como a avestruz", referindo-se à proposta de Richa.

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) considerou a proposta um assunto superado e criticou o "radicalismo político dentro da Constituinte", lançando-se em defesa de uma ampla negociação entre os partidos.

PMDB pode não discutir na convenção mandato de Sarney

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, começou a defender entre as lideranças mais importantes do partido, a tese de que só as questões programáticas devem ser discutidas e votadas na convenção nacional pemedebista dos próximos dias 18 e 19. Não esconde que a sua idéia é a de deixar em aberto — para votação no plenário da Constituinte — temas como o tempo de duração do mandato do presidente José Sarney e da adoção ou não do parlamentarismo.

— Embora não vigore mais o instituto da fidelidade partidária, se o PMDB partir para tirar da convenção uma decisão sobre mandato presidencial e sistema de governo, vai deixar à mostra fundas fraturas. Deixando a definição de problemas tão polêmicos para a Constituinte, o partido não correrá riscos tão fortes — destacou o parlamentar mineiro.

O secretário-geral do PMDB alinha, como questões programáticas que a convenção deverá reavaliar, a da defesa intransigente do monopólio estatal do petróleo e da reserva do mercado de informática. "Fora dessa idéia geral vamos enfrentar grandes riscos e depois, se as fraturas conhecidas ficarem expostas, não haverá gesso que dê jeito".

Para ordenar os trabalhos da convenção, Milton Reis designou comissões especiais. A de recepção e hospedagem dos convencionais ficou a cargo dos deputados Ubiratan Aguiar (CE) e Luis Alberto Rodrigues (MG). O deputado paraense Euclides Scalco, com o auxílio de funcionários da Câmara, cuidará do credenciamento dos delegados. O próprio secretário-geral, com a ajuda do deputado Francisco Pinto (BA), se encarregará da parte de imprensa.